

Resenha

Hitopadeśa, tradução de D. Pedro II. Edição genética organizada por Sergio Romanelli, Christiane Stallaert e Adriano Mafra

Luiz Antonio Xavier **DIAS***

Miguel Luiz **CONTANI****

* Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente da Universidade Filadélfia (UniFil). Contato: dluiz@seed.pr.gov.br.

** Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: mcluiz@uel.br.

Resumo:

Organizada como edição genética, esta obra expõe e interpreta um processo de criação, e surpreende por tratar-se da gênese da tradução que o Imperador D. Pedro II fez de *Hitopadeśa*, uma coletânea de fábulas e contos populares de origem hindu. Os autores colocam-se como organizadores, mas realizam um trabalho de editores em uma dimensão mais abrangente, ao trazer detalhes sobre uma face não tão difundida da pessoa do Imperador, a de um homem letrado, apaixonado por traduções, atividade que realizava com intensidade e constância, em diversos idiomas. Fruto de uma pesquisa que transcorreu ao longo de dez anos, e envolveu meticolosas transcrições, inclusive decisões sobre formato e visualização, o estudo projeta-se em dimensões que os organizadores explicam, de um modo envolvente e fascinante.

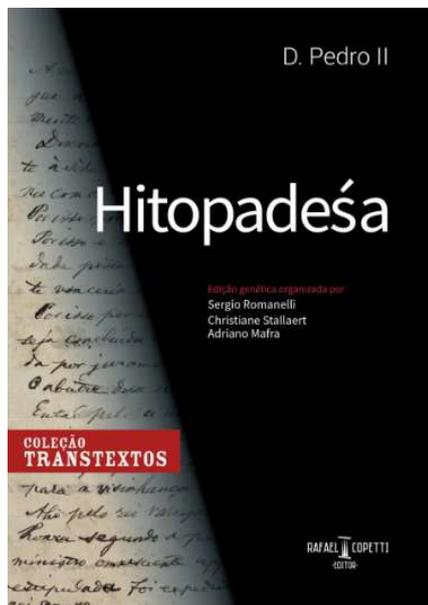
Palavras-chave:

Hitopadeśa. Apólogos. Fábulas.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 23, n. 2, p. 130-134, ago. 2020

Recebido em: 29/05/2020

Aceito em: 11/07/2020



Hitopadeśa

Tradução D. Pedro II.

Edição genética organizada por Sergio Romanelli, Christiane Stallaert e Adriano Mafra.

Florianópolis: Rafael Copetti, 2020.

246 p. (Coleção Transtextos, v. 7).

Luiz Antonio Xavier Dias; Miguel Luiz Contani

Organizada como edição genética, esta obra expõe e interpreta um processo de criação, e surpreende por tratar-se da gênese da tradução que o Imperador D. Pedro II fez de *Hitopadeśa*, uma coletânea de fábulas e contos populares de origem hindu. Os autores colocam-se como organizadores, mas realizam um trabalho de editores em uma dimensão mais abrangente, ao trazer detalhes sobre uma face não tão difundida da pessoa do Imperador, a de um homem letrado, apaixonado por traduções, atividade que realizava com intensidade e constância, em diversos idiomas. Fruto de uma pesquisa que transcorreu ao longo de dez anos, e envolveu meticulosas transcrições, inclusive decisões sobre formato e visualização, o estudo projeta-se em dimensões que os organizadores explicam, de um modo envolvente e fascinante.

A realização da edição genética contou com o apoio do Museu Imperial e de outras instituições, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade de Antuérpia, Bélgica. Sérgio Romanelli é docente associado da Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutor pela Universidade de Antuérpia. Christiane Stallaert é doutora em Antropologia Social e Cultural e professora catedrática na Universidade de Antuérpia. Adriano Mafra é doutor em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina e docente do Instituto Federal Catarinense.

Os textos de *Hitopadeśa* foram escritos originalmente em sânscrito, e constituem um dos livros mais conhecidos e amplamente traduzidos da literatura hindu. Os apólogos e fábulas são ilustrados com máximas e aforismos, e destinam-se principalmente aos jovens, no sentido de transmitir-lhes a sabedoria e a conduta ética necessárias para a vida adulta. As narrativas são curtas, com enredos envolvendo assuntos do dia a dia, e personagens de pessoas e animais, incluindo também o fantástico e inverossímil. O sentido da expressão do título é “conselhos úteis” sendo *hita* (útil, proveitoso) e *upadeśa* (instrução, conselho). Divide-se em quatro seções intituladas: Aquisição dos amigos (*Mitralābha*); Desunião dos amigos (*Subridbbeda*); Guerra (*Vigraha*); Reconciliação (*Sandhi*).

Pelo fato de ser uma edição genética, segundo os organizadores, “não está centrada em uma obra textual, mas naquilo que se encontra aquém dela, num estado inacabado”. Assim está apresentada a tradução de D. Pedro II, preservando, no corpo do texto, rasuras, digressões, análises filológicas, intervenções e correções imediatas, dando a senti-las como camadas, ajustes aplicados na superfície do manuscrito. O contato com esta edição genética projeta evidências de um conjunto de talentos e modos de ver a realidade, bem como a responsabilidade de um monarca à frente de uma nação em construção, que necessitava estabelecer o seu lugar no mundo e nele encaixar-se.

A noção de tradução é vista, portanto, não como mera tradução de palavras, mas como possibilidade de engendrar trocas culturais, uma estratégia pensada para lançar o país no circuito das nações centrais. Diferentemente da face que costuma ser enfatizada nos livros escolares, o Imperador tinha um forte traço que marcou o período de seu reinado, o de ter sido um patrocinador da cultura em uma dimensão até hoje subestimada. A apresentação dos manuscritos permite uma imersão no conteúdo de *Hitopadesa*, pelo olhar oferecido pelo ilustre tradutor, mas isso seria insuficiente se não fosse acompanhado de uma análise histórica, para além do material editado. Os organizadores cumpriram essa tarefa com notável precisão e profundidade, a partir de um conjunto de temas que fazem ver a figura do imperador sob um outro ângulo.

A transcrição genético-digital do *Hitopadesa* ocupa toda a segunda parte, com os manuscritos da tradução na forma de documentos de processo. Os temas são discutidos na primeira parte e aparecem indicados pelos seguintes subtítulos: O Brasil do Segundo Império. Dom Pedro II, diplomata-tradutor. Letrado/Imperador. Oralidade/Escrita. Autor/Receptor. Entrada imperial na “república mundial das letras”. Dom Pedro II, orientalista crioulo. A dupla conexão do orientalismo brasileiro. Brasil e o orientalismo ontológico. Brasil e o orientalismo intelectual. Um “orientalista crioulo” no trono do Brasil. Christian Friedrich Seybold, professor de sânscrito. O tutor do imperador. Colaboração entre Dom Pedro II e Seybold na tradução do sânscrito.

No primeiro tema, é avaliado o fato de que, ao contrário de outros países da América Latina, o Brasil, na época de sua independência, não contava com um desenvolvimento letrado, porque principalmente faltavam universidades. Houve sempre uma ambiguidade que não se desfez: havia a singularidade de uma cultura crioula mesclada, num país independente, mas uma visão ainda moldada pelos padrões europeus. Desde que subira ao trono, D. Pedro II entendera que o país carecia de uma “identidade letrada”, e buscava compensar esse aspecto. A obra de tradução funcionava como um resgate desse atraso. “Dom Pedro II era um homem apaixonado pelas letras, pelas ciências e pelas artes. Como estadista, ele entendeu a importância de fornecer à jovem nação brasileira, um rosto próprio, que fosse internacionalmente reconhecido” (p. 11). A tradução poderia ser uma estratégia nessa direção.

D. Pedro II é em seguida referido como um diplomata-tradutor: “A obra tradutória do Imperador revela o papel fundamental da tradução como meio estratégico usado por Dom Pedro II para movimentar-se na complexa e pouco acessível rede de letrados e intelectuais europeus e, em parte, norte-americanos” (p. 13). A tradução é colocada em uma rede supranacional de práticas econômicas e culturais. A figura do imperador como tradutor é uma estratégia inclusive por ele reforçada, num mundo que se hierarquiza: “O perfil do Imperador é o de um típico letrado moderno em um país de ‘iletrados’ sem tradição literária escrita consolidada, que queria avançar para o progresso e para o mundo ‘civilizado’” (p. 15). D. Pedro II, nesse contexto, é caracterizado como um tradutor combativo e empenhado em assegurar, ao país, um “capital letrado” em sua inserção no mundo.

No tema Letrado/Imperador, o destaque é para a hibridez no modo como D. Pedro II se autorrepresentava em suas viagens à Europa, ao se apresentar sem os trajes e insígnias reais e se identificando como simplesmente o cidadão, homem de letras Pedro de Alcântara. As representações de autoridade eram reservadas para quando estava no Brasil, aí sim, Imperador D. Pedro II. Em Oralidade/Escrita, os organizadores dão relevo à persistência do Imperador no sentido de elevar a oralidade indígena a um status letrado. Referências a esse respeito aparecem na correspondência mantida com o Barão do Rio Branco, fazendo menção ao verbete *Brésil* publicado na *Grande Encyclopédie*, conhecida mundialmente. A recomendação era a de “oferecer junto aos franceses a imagem mais realística e completa possível da diversidade do país para que o artigo possa originar, em um efeito dominó, mais trabalhos sobre o Brasil” (p. 17). Dois outros pontos levantados nesse tema eram o reconhecimento da importância de narrativas plurais e a heterogeneidade e a diversidade como marcas da identidade nacional. Em Autor/Receptor, o ponto central é a estratégia de ocultar a figura autoral do Imperador, mas insistir no objetivo de incrementar o capital simbólico do Brasil “aquém e além” do Atlântico.

A Entrada imperial na “república mundial das letras” é marcada pela recusa do Imperador em “ser passivamente anexado pelo centro e usa os mecanismos do sistema-mundo literário para construir um espaço de autonomia para o Brasil, transformando-o em uma nação moderna” (p. 23). Os temas seguintes envolvem o conceito de orientalismo e descrevem o papel desempenhado por Christian Friedrich Seybold, um professor alemão que dava aulas de sânscrito a D. Pedro II. Esse especialista acompanhava os trabalhos de tradução e continuou a colaborar com o Imperador mesmo durante o período de exílio, na Europa. Era também um conselheiro nos estudos de outras línguas e absorveu a noção de orientalismo crioulo, com a integração do indígena também caracterizado “à moda oriental”. A tradução do *Hitopadewa* vinha bem a calhar, tendo em vista a hipótese levantada pelo monarca, de que a língua guarani possuía vínculos com as línguas asiáticas. O objetivo de dar uma formação identitária ao Império do Brasil, pressupunha “dar vulto à língua do autóctone brasileiro a partir do idioma clássico indiano, o sânscrito” (p. 41). O sânscrito se projetava como um importante tronco e seu estudo ganhava forte adesão na Europa.

Pelo relato da pesquisa realizada, o leitor poderá compreender que o processo de análise da tradução de D. Pedro II teve uma sucessão de momentos. O primeiro passo era decifrar, o mais próximo possível da materialidade dos documentos de processo, o conteúdo das rasuras, das inserções, o emprego das margens, um desafiante trabalho. Em outro momento, foi indispensável entender o conjunto de símbolos empregados, as anotações em árabe ou outras línguas. Foi também preciso recorrer a um editor de imagens – *software*, capaz de reproduzir os movimentos – principalmente os movimentos de correção no sentido ascendente ou descendente. Por último, a busca foi no sentido de entender como se sobrepuseram palavras, os ajustes, dentre as primeiras versões até às últimas, levando em consideração as rasuras, os encaixes, as marcas no papel, os refinamentos, a fim de permitir, ao leitor, conhecer esses movimentos na obra de D. Pedro. Os organizadores ainda explicam que “Dom Pedro II não atribuiu aos seus manuscritos uma paginação própria, talvez pelo fato de os documentos não terem sido escritos em folhas soltas, mas sim em cadernos seguindo-se a linearidade de suas páginas” (p. 53). A Figura 1 ilustra a transcrição do manuscrito:

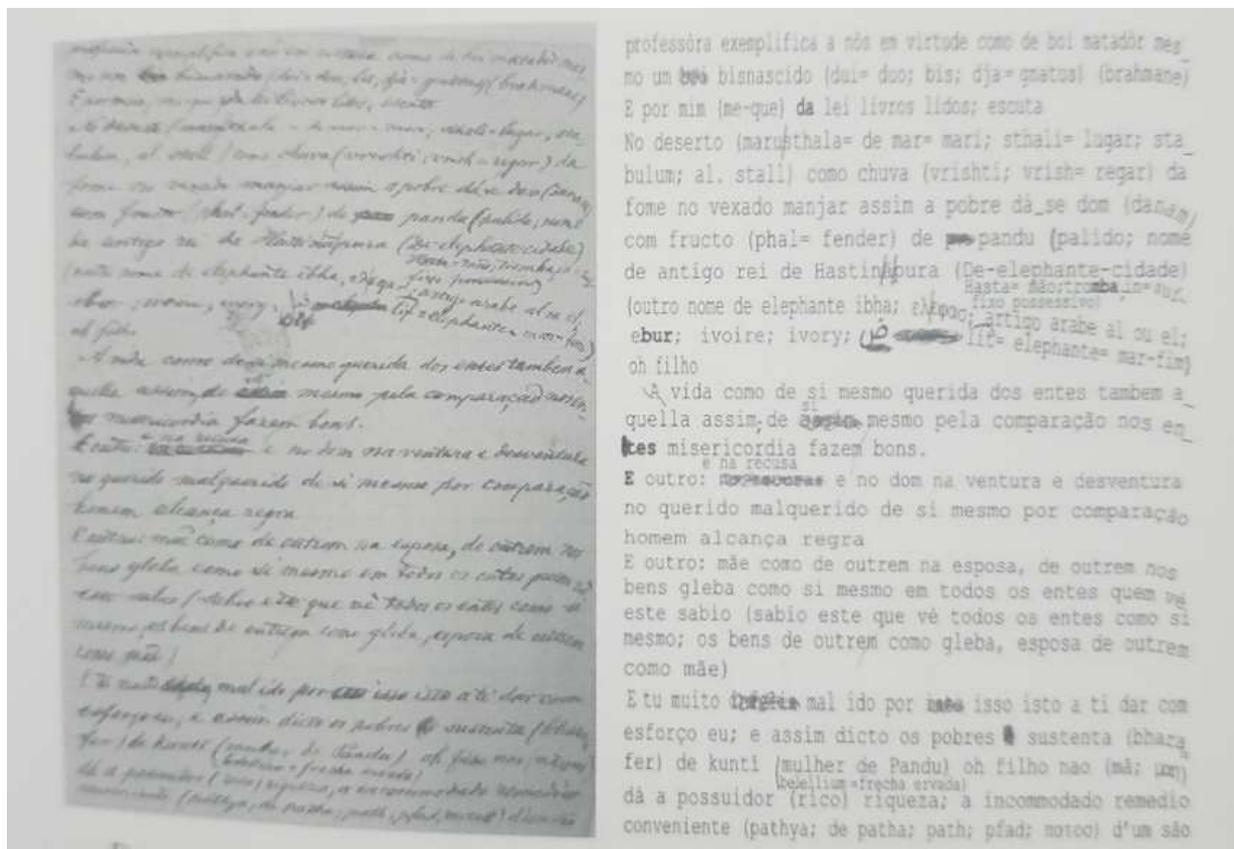


Figura 1 – Transcrição do manuscrito tradutório

No decorrer do texto, entende-se como a tradução vai além de uma prática meramente linguística, e se torna um instrumento de diplomacia cultural a serviço do país num contexto da segunda metade do século XIX. Entende-se, no intercurso do processo, que D. Pedro II era um tradutor compulsivo, sobretudo no final de sua vida. Os registros apontam que o Imperador passava longos períodos traduzindo, de modo ininterrupto, auxiliado por seu professor de Sânscrito, Christian Friedrich Seybold, este também um entusiasta do estudo de línguas orientais, que inclusive apoiou as indicações para incorporação de estudos de palavras indígenas.

O leitor entenderá que existem, nos manuscritos de D. Pedro II, firmes evidências de um autor que mesmo ligado a tradições europeias, abre suas traduções para inclusão da língua indígena, valorizando, em seus rascunhos, palavras tupis. A tradução é, neste caso, construção de identidade, mítica, literária, histórica. Havia também um D. Pedro II imperador disposto a constituir uma identidade letrada no Brasil, e a tradução era uma estratégia para construir aos olhos dos estrangeiros uma identidade que não existia. Segundo Salles¹, a obra pronta, “está exposta a diferentes olhares e ângulos”, podendo ser “exposta a novos instrumentos analíticos, associados a diferentes interesses exploratórios que oferecerão também, interpretações inéditas.”

A tradução também funcionou como um denominador comum em meio às estratégias de acumulação e consagração de um capital cultural simbólico dela proveniente. “O estudo de árabe e hebraico se alternava ora com o estudo de guarani, ora com a retradução de Camões e da Bíblia, em um ambiente intelectual de diálogo com interlocutores e professores judeus” (p. 36). As anotações em seu diário contêm abundantes registros do fascínio pelas heranças culturais orientais, ibéricas e brasileiras. Traduzir era uma atividade cotidiana para o Imperador. O método genético permitiu a organização, classificação e transcrição dos manuscritos, além de trazer ao público toda a riqueza de um material que possivelmente permaneceria por mais um longo período “engavetado” nos arquivos históricos. A Crítica Genética é um procedimento voltado a fazer compreender os mecanismos da produção, elucidar os caminhos seguidos pelo escritor e esclarecer o modo como nascem as obras.

Uma edição genética não está centrada no texto publicado, mas consiste na edição do que se encontra aquém dela, justamente o labor do escritor, “um certo estado inacabado ou ainda virtual”. A Crítica Genética, dentre outras ações, organiza e transcreve os manuscritos na condição de documentos de processo. Os organizadores desta edição genética expõem os procedimentos do movimento criador da tradução do Imperador, e para isso seguiram alguns passos. O primeiro deles foi mapear essa quantidade de material, posteriormente transcrever parte dos documentos, para então analisar o que esses documentos são capazes de contar.

Das quatro partes do *Hitopadeśa*, D. Pedro traduziu duas, o *Mitralābha* (Aquisição dos amigos) e o *Subridbbeda* (Desunião dos amigos); traduziu também as páginas finais da última parte *Sandbi* (Reconciliação/Paz). “Do *Mitralābha*, Dom Pedro traduziu, além do enredo principal, as seguintes histórias: O tigre e o viandante; O veado, o chacal e o corvo; O abutre, o gato e as aves; História de Hiranyaka; O homem velho e sua mulher moça. Da segunda parte da obra (*Subridbbeda*), o Imperador traduziu a história principal e as seguintes fábulas secundárias: O macaco e a cunha; O burro e o cão; O leão, o rato e o gato; A medianeira e a sineta; As aventuras de Kandarparketu, da mensageira e do mercador; A vaqueira e os seus dois amantes; O casal de corvos e a serpente; O leão e o coelho” (p. 52).

A edição genética *Hitopadeśa* é uma leitura que compensa pelas percepções que ajuda a ampliar. Melhora o acesso de pesquisadores em tradução, historiadores, cientistas políticos, e demais áreas, a fontes documentais de inquestionável credibilidade. O rigor da pesquisa é atestado pelo longo período de investigação, implicando um detido trabalho de anotação, transcrição, comprovação, acompanhamento de pistas, que também mobilizou a adesão e a participação de muitas pessoas. A obra deixa um legado especial, ao associar a figura de D. Pedro II a uma dimensão que dá conta de sua envergadura, como influência intelectual na história do país. Uma leitura que empolga, aguça a curiosidade e, sobretudo, ensina.

¹ SALLES, C. A. *Gesto inacabado*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 41.